

# A luta pela igualdade no futebol feminino

*Homes e mulheres jogando futebol juntos tornaria o esporte menos desigual?*

O “país do futebol” seria mesmo o país do futebol ou seria o país do futebol de homens? A frase dita tantas vezes pelos brasileiros, principalmente em época de Copa, não condiz com a realidade feminina do Brasil. E para quem acompanha, ou não acompanha regularmente, sabe que há uma enorme distância entre o futebol masculino e feminino aqui.

Elas jogam, treinam, conquistam, são campeãs. As mulheres estão aqui o tempo todo, mas nem um pouco vistas. Infelizmente, no Brasil, a invisibilidade das meninas no futebol faz com que suas conquistas e sua história sejam menos prestigiadas do que deveriam. A cultura do futebol é masculina, como todos sabem, o que dificulta a veiculação de notícias e o espaço do futebol feminino no país.

A luta das mulheres no esporte é extremamente importante assim como todas as dificuldades diárias enfrentadas por elas. E precisa ser falada, discutida e não pode ser esquecida, até porque a luta não acabou com o fim da proibição do esporte feminino, em 1979. A desigualdade no esporte está escancarada na cara de quem quiser ver. Está no salário, na infraestrutura, no machismo e na invisibilidade.

O futebol nasceu junto com o Esporte Moderno, no século XIX. As modalidades existentes, na maioria, foram idealizadas por homens com o intuito de afirmação da masculinidade. Ou seja, competições onde o homem poderia ser bravo, agressivo e exibir a força física, como por exemplo, o boxe, basquete, futebol americano e futebol. Já a mulher, datada como ‘sexo frágil’ não poderia praticar tais esportes, pois, prejudicaria o sistema reprodutor, além de não estar nos parâmetros do ‘papel da mulher na sociedade’. Como é descrito por Silvana Goellner:

Os gestos, as musculaturas, as roupas, os acessórios, os suplementos alimentares, carregam consigo significados que, na nossa sociedade e no nosso tempo, estão associados ao feminino e ao masculino. Essas marcas produzem efeitos e, não raras vezes, são reclamadas para justificar a inserção, adesão e permanência de homens e mulheres em diferentes práticas corporais e esportivas. [...]

[...] A eles a aventura, a potência, o desafio, a força; a elas, a aventura comedida, a potência controlada, a força mensurada, o desafio ameno. Para as mulheres, em grande medida, é incentivado viver o espetáculo esportivo desde que não deixe de lado, por exemplo, a graciosidade, a delicadeza e a beleza, atributos colados uma suposta “essência feminina”. (Goellner, SV. História das mulheres no esporte: o gênero como categoria analítica. p 4-5).

A medicina como ideal levou à sociedade se configurar em diversos padrões, tanto no esporte como fora dele. A mulher deveria ser “bela, recatada e do lar”, como em 2016, a Revista Veja designou Marcela Temer, um ‘padrão’ de mulher. Nota-se, mais uma vez, que a luta das mulheres pelo direito de ser quem quiser ainda está longe de acabar. E assim como a mulher deveria ficar em casa, cuidando do lar e dos filhos, ela não poderia estar praticando esportes.

Adentrando o século XX, a teoria de um corpo saudável levou as mulheres ao mundo esportivo, e assim amistosos entre grupos femininos começaram a acontecer por diversão. Porém, a sociedade moralista e machista existente não concordava com as tais práticas esportivas por elas, já que o esporte era voltado para a integridade do homem. Assim, em 1941, foi assinado

pelo atual presidente da época, Getúlio Vargas, e vigorado pelo Conselho Nacional de Desportos (CND), o decreto-lei que regulamentava as práticas esportivas no Brasil. O artigo 54 do Decreto-Lei nº 3199 dizia: “Às mulheres não se permitirá a prática de desportos incompatíveis com as condições de sua natureza, devendo, para este efeito, o Conselho Nacional de Desportos (CND) baixar as necessárias instruções às entidades desportivas do país.” Ou seja, a prática de esportes ‘não considerados para mulheres’ estava proibida. Mas, havia uma brecha neste decreto. Ele não mencionava quais esportes não poderiam ser praticados, apenas a proibição de “desportos incompatíveis com as condições de sua natureza”. Sendo assim, para burlar a proibição, uma maneira foi a realização de jogos benéficos, os jogos vedetes, partidas femininas que precisavam de disfarce para acontecer. Assim, aconteciam jogos organizados em prol de entidades assistenciais que possuíam um caráter de entretenimento e solidariedade, apresentando-se fora da dinâmica esportiva. Essas brechas encontradas pelas mulheres e empresários fez com que a prática do futebol não desaparecesse.

O caso que teve maior repercussão relativa ao futebol de vedetes e das disputas em torno dele aconteceu em 1959. A primeira notícia a circular sobre o assunto trazia em sua manchete “Haverá futebol feminino no Pacaembu”. Nela ficava expressa a tentativa da Casa do Ator, casa de espetáculos paulistana, de realizar, no citado estádio municipal, um jogo entre as vedetes das cenas paulistas e cariocas. [...]

[...] Pode-se dizer que o caráter de caridade e festividade das partidas promovidas pelos empresários contribuía para a construção da boa imagem dos investidores perante a sociedade. (Capucim e Silva, Giovana. Narrativas sobre o futebol feminino na imprensa paulista: entre a proibição e a regulamentação (1965—1983), 2015. p 11 e p. 14).

E por 25 anos, as mulheres jogaram o futebol feminino na ‘ilegalidade’ com torneios benéficos que mascaravam o que elas estavam fazendo de verdade: praticando o esporte. Não havia regulamentação, mas isso não impediu que as mulheres jogassem e as notícias sobre o futebol feminino crescia cada vez mais.

Esse crescimento da prática feminina esportiva e da visibilidade da imprensa brasileira foi um dos motivos que levaram no período da Ditadura Militar (1964-1985) no país, mudanças expressivas, não só na estrutura política, econômica e social do país, mas no esporte também. Assim, em 1965, o futebol feminino foi afetado diretamente por uma deliberação do CND que proibia essa modalidade. A deliberação nº 7 decretava que: “Não é permitida [à mulher] a prática de lutas de qualquer natureza, do futebol, futebol de salão, futebol de praia, polo aquático, polo, rugby, halterofilismo e baseball”. Estava oficialmente proibido por lei a prática do futebol feminino. Na imprensa, o que era divulgado remetia ao exterior, como criações de ligas federativas em outros países. O Brasil estava em Ditadura, enquanto em outros países, que não estavam a prática era liberada e campeonatos femininos aconteciam, mas as notícias, na maioria, remetiam à algo ruim ou que a agressividade em campo no futebol feminino era coisa de homem.

O futebol feminino só voltaria a surgir no Brasil perto do fim da Ditadura Militar, quando as mulheres passaram a ignorar o governo e algumas equipes começaram a se formar nas cidades. Quando a deliberação foi revogada, em 1979, foram criadas as primeiras ligas para mulheres. O Esporte Clube Radar, de Copacabana, foi a primeira potência do futebol feminino no país. Mas, mesmo com a deliberação revogada, ainda estava difícil para as mulheres conseguirem seguir

com isso. Após a revogação, as mulheres que jogavam futebol nesse período se preocupavam muito em negar a masculinidade, justamente para mostrar que o esporte não era algo homossexual. Mas, a mudança na lei não dava nenhuma estrutura para as mulheres.

A negação da homossexualidade e da masculinização fazia com que, em contrapartida, as mulheres afirmassem constantemente sua feminilidade, reiterando os estereótipos femininos e associando-os ao esporte. A imprensa brasileira, principalmente a esportiva, voltada fundamentalmente para o público masculino, investia nesse mecanismo narrativo, reconstituindo o cenário dos anos 1950, ligado à imagem das vedetes. (Capucim e Silva, Giovana. Narrativas sobre o futebol feminino na imprensa paulista: entre a proibição e a regulamentação (1965—1983), 2015. p 82).

Já em 1982, a FIFA e o CND se posicionaram a favor da regulamentação do futebol feminino, algo que já havia sendo comentado por todo o país, principalmente nas cidades que as equipes se tornaram mais fortes, mas nenhuma das duas entidades se arriscava a dar o primeiro passo. As instituições prolongaram por quase um ano essa iniciativa, mas, finalmente, em março de 1983, o CND aprovou o texto que estabelecia as regras para o futebol feminino no Brasil. Mas, estabelecer regras não era o mesmo que incentivar o esporte. O machismo continua presente e há, como se pode chamar, de conduta de risco existente, que atua no esporte colaborando para que o futebol feminino continue invisível e desigual atualmente. Pode-se dizer, que a conduta de risco estabelece quatro fatores, sendo eles: político, médico, mental e moral, que afetam diretamente a cultura do futebol.

De 83 para cá, não dá para negar que houve um crescimento e uma visibilidade no futebol feminino, porém o esporte ainda é considerado masculino e as mulheres continuam enfrentando lutas diárias para tornar o esporte igualitário. Há diversos exemplos, que mostram a desigualdade no esporte. Além de, as mulheres que praticam o esporte serem consideradas “sapatão” por isso, a visibilidade, o machismo e a diferença salarial são fatores relevantes para que a luta pelos direitos iguais continue. Com dados de 2015, Marta recebia de salário anual US\$400 mil contra US\$14,5 milhões de Neymar, de acordo com a Forbes. Se fossem pagos por gols, cada bola na rede da Marta valeria cerca de US\$3,9 mil (cerca de R\$12 mil), enquanto as do Neymar valeriam US\$290 mil (cerca de R\$900 mil). Sem esquecer, que na época, Marta já tinha sido eleita melhor do mundo cinco vezes e marcado 103 gols para a seleção, enquanto Neymar tinha marcado 50 gols.

Outro exemplo de diferença salarial mais recente equivale a 2017, no Campeonato Brasileiro feminino, a equipe campeã (no caso o Santos), levou por volta de R\$ 120 mil, já os campeões nacionais masculino (Corinthians) levaram por volta de R\$ 17 milhões. Um prêmio 140 vezes maior que o recebido pelas atletas. Mas, não é só na diferença salarial que está a desigualdade. A falta de visibilidade, infraestrutura e incentivo contribuem para tornar o esporte feminino ainda mais distante do masculino.

Ano passado, a parceria entre o Corinthians e o Audax, clube de Osasco, trouxe o título da Copa Libertadores da América novamente ao Parque São Jorge. Mas pouco se ouviu falar das brilhantes defesas de pênalti da goleira Lelê no jogo da final contra o Colo-Colo, clube Chileno. Impossível comparar com a repercussão do título masculino em 2012 ou com os gols do artilheiro Luan, campeão pelo Grêmio da mesma Libertadores em 2017.

Por fim, o machismo presente faz com que o esporte feminino não ganhe espaço. Mas, quais seriam as maneiras existentes para combater essa desigualdade tão evidente? Atualmente, alguns países estão determinando salários iguais para as seleções, como por exemplo, a Noruega e a Nova Zelândia, que adotou essa medida esse ano. Passar jogos femininos antes dos masculinos também é uma medida de atrair público, mas e se para tornar igual, homens e mulheres devessem jogar juntos? Bem provável que isso nunca irá acontecer, mas pode ser uma medida a ser tomada. A desigualdade no futebol continua, a infraestrutura do país é precária e os salários continuam desigual. Se há essa distância entre os gêneros de uma mesma modalidade, então, por que ainda chamamos o Brasil de ‘O país do futebol’?

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

## A luta pela igualdade no futebol feminino

*Homes e mulheres jogando futebol juntos tornaria o esporte menos desigual?*

Carolina L. C. Gonçalves – RA00168390

Jornalismo Noturno

Professor: José Florenzano

Junho  
2018